



Diário Notícias

09-08-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 56361

Temática: Política

Dimensão: 479

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/10

Pinto Monteiro



Ex-PGR afirma
lamentar
entrevista
e afastamento
de Cândida
Almeida

“Lamento a entrevista como lamento o seu afastamento do DCIAP”

Testemunho. Ex-diretora do DCIAP queixou-se de falta de apoio de Pinto Monteiro. Ex-procurador-geral respondeu, lamentando



O ex-PGR Pinto Monteiro respondeu à entrevista de Cândida Almeida

CARLOS RODRIGUES LIMA

“Lamento a entrevista, como lamento que tenha sido afastada do lugar que ocupava pouco tempo depois de ter terminado o meu mandato como procurador-geral da República”. Foi esta, em declarações ao DN, a reação de Fernando Pinto Monteiro, ex-procurador-geral da República, à entrevista de Cândida Almeida ao *Diário Económico*, na qual a antiga diretora do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) se queixou de falta de apoio de Pinto Monteiro durante a investigação do processo Freeport.

Ao fim de doze anos à frente do Departamento Central de Investigação e Ação Penal, Cândida Almeida elegeu o caso BPN como um dos mais complexos da sua carreira. “Aquilo mexe-se na tetra e sai minhoca por todo o sítio” e, por isso, “só com o reforço de meios e apoio institucional é que se pode

fazer alguma coisa, porque mexe-se numa coisa e sai”, declarou a procuradora-geral adjunta.

Ainda sobre os processos relacionados com o banco liderado por José Oliveira Costa e, entretanto, nacionalizado em 2009, a antiga diretora do DCIAP disse ainda que os procuradores do DCIAP se depararam perante “um mundo daqueles que foi construído também com todo o à-vontade, mas o à-vontade científico e cirúrgico”, por isso, “para desfazer isto tudo, demora”, o que a levou a considerar injustas as críticas por causa da morosidade dos processos.

Na entrevista, Cândida Almeida admitiu ter sido apanhada de surpresa por não ter sido reconduzida no cargo de diretora do DCIAP (foi substituída pelo procurador Amadeu Guerra). E sobre o passado recente, queixou-se de não ter sido apoiada suficientemente pelo ex-procurador-geral República Pinto Monteiro durante a fase de investigação do processo Freeport. “No

que se refere ao DCIAP, nunca pressionou. Não me deu foi o apoio que eu achava que merecia. Essa, digamos, é a minha mágoa. Agora, pressionar, nunca. Nem ele queria saber conteúdos de processos, é preciso que se diga”, refere na entrevista, em que diz ter-se sentido pressionada, sim, mas “pelos grandes interesses opacos e sem rosto, esse tal poder do crime organizado”.

O processo Freeport, recorde-se, depois de suspeitas de tráfico de influências, corrupção e branqueamento de capitais, resultou numa acusação de tentativa de extorsão contra os arguidos Charles Smith e Manuel Pedro, ex-sócios numa consultora que trabalhou para os empresários ingleses responsáveis pelo projeto do *outlet* de Alcochete. Em julgamento, ambos foram absolvidos do crimes que lhes foi imputado pelo Ministério Público. Quanto ao arquivamento da corrupção, Cândida Almeida explicou que “aquilo que lá estava, por mais que se fizesse, não permitia outra solução que não o arquivamento”. Ontem, contactado pelo DN, Pinto Monteiro referiu não ter lido a entrevista de Cândida Almeida ao *Diário Económico* e, por isso, não quis fazer qualquer comentário.

Mesmo em cima de sair da liderança do DCIAP Cândida Almeida foi alvo de um processo disciplinar por um suposta violação do dever de reserva. O caso acabou arquivado, mas Cândida Almeida afirmou ter ficado magoada por ser suspeita de tal violação. Atualmente, Cândida Almeida está colocada no Supremo Tribunal de Justiça como procuradora-geral adjunta.

PERFIL

A primeira mulher na magistratura

› Cândida Almeida foi a primeira mulher a ser empossada como magistrada. Depois do curso no Centro de Estudos Judiciários, foi colocada em Grândola, no tempo do Verão Quente de 1975, onde acompanhou de perto vários processos de ocupação de terras e nacionalizações. Foi nesta comarca que conheceu o juiz Fernando Pinto Monteiro,

que, muitos anos mais tarde, viria a ser o seu superior hierárquico. Um dos grandes processos que investigou diretamente foi as FP 25, um caso que a obrigou a mudar hábitos e rotinas constantemente, visto estar sob ameaça. Casou-se com o procurador Rodrigues Maximiano, entretanto falecido, e liderou durante 12 anos o DCIAP.